



NOTA PÚBLICA

A Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB), entidade privada que congrega e legitimamente representa Promotores e Procuradores de Justiça da Bahia, ativos e aposentados, vem a público enfatizar a necessidade de criação de cargos de assessores para as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.

A criação de cargos de assessores para as Promotorias de Justiça vem sendo objeto de requerimentos apresentados pela AMPEB à Procuradoria Geral desde 2011, com o objetivo de equilibrar a força de trabalho dos membros do MP/BA à dos Magistrados baianos, que contam com assessores há 7 anos.

Imperioso que os Promotores de Justiça disponham de equipe apta a colaborar à realização da atividade finalística em todas as unidades do MP. Isto inclui a criação de assessores jurídicos, cujo trabalho não se confunde com o dos assistentes técnicos e analistas, visando, acima de tudo, aperfeiçoar o volume de atendimento às demandas da população, que confia ao Ministério Público a proteção dos direitos difusos e individuais indisponíveis, além da titularidade da ação penal pública, fundamental no combate à violência.

O MPBA ainda é apontado como o último do país quanto ao número de membros por população (4,17 Membros/100 mil habitantes), (Fonte: "Ministério Público: Um retrato", publicado pelo CNMP em junho de 2017).

Com 253 cargos de membros vagos no MP Baiano (Fonte Portal Transparência MPBA – abril 2018), a criação dos cargos de assessores representa importante incremento estrutural para fazer frente ao constante acréscimo de demandas, sendo, portanto, fundamental à melhoria da prestação do serviço público à população baiana.

Diante de tais considerações, a AMPEB vem a público enfatizar a necessidade de criação de cargos de assessores para Promotorias de Justiça no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia.

Salvador, 01 de novembro de 2018.


JANINA SCHUENCK BRANTES SACRAMENTO

Presidente da AMPEB